

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. ASSIS CARVALHO)

Requer informações ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, no sentido de esclarecer a esta Casa acerca do número de famílias que, embora elegíveis aos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família – PBF, encontram-se em situação de desamparo por essa política pública.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, no sentido de esclarecer a esta Casa acerca do número de famílias que, conquanto elegíveis aos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família – PBF, encontram-se em situação de desamparo por essa política pública.

Dessa forma, o presente requerimento de informações é formulado com os seguintes quesitos, a serem respondidos por aquele órgão ministerial:

- 1) De janeiro de 2018 a novembro de 2019, quantas famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) que atendiam aos critérios de elegibilidade para os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família não foram inscritas no referido programa?
- 2) Qual o quantitativo de famílias nessa situação por unidade da Federação e por município em que residem?
- 3) Quais as razões que levaram a essas pessoas restarem desamparadas por essa política pública?

- 4) Qual o tempo médio de espera de uma família que, atendendo os critérios legais, solicita ou requer um dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família?
- 5) Quais as ações adotadas pelo Ministério para garantir, de imediato, o exercício do direito ao benefício financeiro às famílias que atendem aos requisitos de elegibilidade e ainda se encontram na fila de espera para inclusão no Programa Bolsa Família?

JUSTIFICAÇÃO

Notícias veiculadas pela imprensa dão conta de que, em junho de 2019, mais de 494 mil famílias elegíveis a um ou mais benefícios financeiros do Programa Bolsa Família – PBF esperavam ser inscritas nessa política para receberem as transferências de renda.

Segundo essas mesmas matérias jornalísticas, entre janeiro de 2018 e a maio de 2019, uma média mensal de mais de 261 mil de novos benefícios era concedido ao público que atendia aos critérios de elegibilidade para inclusão no PBF. Em junho de 2019, porém, essa média mensal foi reduzida para menos de 6 mil benefícios concedidos, momento em que se começou a formar a famigerada fila de espera do PBF.

Estima-se que, antes de junho de 2019, o período de espera para o ingresso da família no programa era de 45 dias, contados do cadastramento no Cadastro Único. Hoje, no entanto, sabemos que essas famílias pobres ou extremamente pobres têm esperado meses para poderem começar a receber as transferências de renda do PBF, que podem garantir ao grupo familiar o mínimo existencial para atendimento de necessidades básicas, especialmente de crianças, gestantes, nutrízes e adolescentes.

Em meio a essa catástrofe social, levantam-se rumores de que o Ministério da Cidadania do governo federal estaria impedindo o ingresso de novas famílias no PBF por escassez de recursos orçamentários, tendo

estimativas mais recentes apontado para um número de mais de 700 mil famílias em fila de espera pelos benefícios do PBF.

Ninguém sabe ao certo e com precisão os números envolvendo esse grave problema. Ao que consta, a recente matéria sobre a questão feita pelo jornal *O Globo* só foi possível em razão de um pedido de informações formulado nos termos da Lei de Acesso à Informação, que levou mais de 4 meses para ser concluído, o que somente ocorreu após a CGU determinar ao Ministério da Cidadania que concedesse aos requerentes o acesso às informações e aos dados.

O que se sabe é que o PBF é atualmente a ferramenta mais efetiva no combate à pobreza e à extrema pobreza no Brasil, promovendo a proteção social de mais de 13 milhões de famílias em situação de miséria ou de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar do quadro de redução da cobertura e represamento de novos beneficiários, sua importância hoje é ainda maior, por estarmos em um momento em que as famílias mais pobres do país ainda sentem os efeitos da recessão que se abateu desde o ano de 2015, apesar de os mais ricos, desde o final de 2018, já estejam vivenciando o crescimento de suas rendas.

Diante disso e para maior efetividade do mandato popular que nos foi concedido, formulamos o presente Requerimento de Informações ao Ministério da Cidadania.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado ASSIS CARVALHO